

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DECOLONIAIS: EPISTEMOLOGIAS DO SUL E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS EM CONTEXTOS MULTILÍNGUES

DECOLONIAL EDUCATION AND LANGUAGE POLICIES: SOUTHERN EPISTEMOLOGIES AND INTERCULTURAL DIALOGUES IN MULTILINGUAL CONTEXTS

EDUCACIÓN DESCOLONIAL Y POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS: EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR Y DIÁLOGOS INTERCULTURALES EN CONTEXTOS MULTILINGÜÍSTICOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-270>

Data de submissão: 27/08/2025

Data de publicação: 27/09/2025

Alana de Andrade da Conceição

Doutoranda em Estudos da Linguagem - PPGEL

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: alanaandrade.adv@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8425-1717>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2830584111143414>

Eva da Silva Alves

Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE

Instituição: Temática Editora e Cursos

E-mail: evaalvesgm@yahoo.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2730579348554110>

Francisca Lusia Serrão Ferreira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

E-mail: franciscaserrao13@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0001-9412-4554>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3256581133250466>

José Flávio da Paz

Pós-doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades -
PPGECH

Instituição: Faculdade de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura de Paz (FAPAZ)

E-mail: jfp1971@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5717227670514288>

Júlio Cezar Rodrigues da Silva

Doutor em Linguística e Literatura - PPGLL

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: julio.rodrigues@unemat.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1538-0926>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9901790481469092>

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise crítica das políticas linguísticas a partir das Epistemologias do Sul, articulando conceitos como letramentos de reexistência, práticas translíngues e glotopolítica. Baseia-se em revisão abrangente de literatura especializada, com destaque para autores como Garcia (2009; 2014), Makoni e Pennycook (2007), Shohamy (2006), Hamel (2013) e Santos (2016; 2021), além de diversos dossiês e periódicos latino-americanos e ibero-americanos sobre diversidade linguística, discurso e educação. Defende a necessidade de uma virada decolonial nas políticas linguísticas, orientada pela justiça cognitiva e linguística, ressaltando a linguagem como campo de disputa política, epistemológica e ontológica. Propõe que as políticas públicas emergem a partir dos saberes e práticas das comunidades historicamente subalternizadas — incluindo línguas indígenas, africanas, crioulas e variedades do português em contextos de migração e periferia. Destaca ainda o papel do translanguaging e dos letramentos de reexistência como formas de insurgência epistemológica e resistência ao monolingüismo padronizado. Por fim, apresenta diretrizes para a construção de políticas linguísticas plurais, inclusivas e baseadas em diálogos interculturais e participação comunitária efetiva.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas Críticas. Letramentos de Reexistência. Translinguagem. Glotopolítica. Diversidade Linguística.

ABSTRACT

This article presents a critical analysis of language policies from the perspective of Epistemologies of the South, articulating concepts such as literacies of re-existence, translilingual practices, and glottopolitics. It is based on a comprehensive review of specialized literature, highlighting authors such as Garcia (2009; 2014), Makoni and Pennycook (2007), Shohamy (2006), Hamel (2013), and Santos (2016; 2021), as well as several Latin American and Ibero-American dossiers and journals on linguistic diversity, discourse, and education. It advocates for a decolonial turn in language policies, guided by cognitive and linguistic justice, emphasizing language as a field of political, epistemological, and ontological dispute. It proposes that public policies emerge from the knowledge and practices of historically subalternized communities—including Indigenous, African, and Creole languages, as well as varieties of Portuguese in contexts of migration and peripherality. It also highlights the role of translanguaging and reexistential literacies as forms of epistemological insurgency and resistance to standardized monolingualism. Finally, it presents guidelines for building pluralistic, inclusive language policies based on intercultural dialogue and effective community participation.

Keywords: Critical Language Policies. Reexistential Literacie. Translanguaging. Glottopolitics. Linguistic Diversity.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis crítico de las políticas lingüísticas desde la perspectiva de las Epistemologías del Sur, articulando conceptos como las alfabetizaciones de la reexistencia, las prácticas translíngüísticas y la glotopolítica. Se basa en una revisión exhaustiva de la literatura especializada, destacando autores como García (2009; 2014), Makoni y Pennycook (2007), Shohamy (2006), Hamel (2013) y Santos (2016; 2021), así como varios dossiers y revistas latinoamericanas e iberoamericanas sobre diversidad lingüística, discurso y educación. Aboga por un giro decolonial en las políticas lingüísticas, guiado por la justicia cognitiva y lingüística, enfatizando la lengua como un campo de disputa política, epistemológica y ontológica. Propone que las políticas públicas surjan de los conocimientos y las prácticas de comunidades históricamente subalternizadas, incluyendo las lenguas indígenas, africanas y criollas, así como las variedades del portugués en contextos de migración y periferia. También destaca el papel del translenguaje y las alfabetizaciones reexistenciales

como formas de insurgencia epistemológica y resistencia al monolingüismo estandarizado. Finalmente, presenta directrices para la construcción de políticas lingüísticas pluralistas e inclusivas basadas en el diálogo intercultural y la participación comunitaria efectiva.

Palabras clave: Políticas Lingüísticas Críticas. Alfabetizaciones Reexistenciales. Translenguaje. Glotopolítica. Diversidad Lingüística.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates em torno das políticas linguísticas têm se intensificado e complexificado, especialmente no contexto da América Latina e de países africanos de língua oficial portuguesa. Essas discussões transcendem o campo da linguística aplicada e se inscrevem nas disputas políticas mais amplas por reconhecimento, redistribuição de poder e pluralismo epistêmico. O campo das políticas linguísticas críticas surge, então, como uma resposta teórica e prática aos modelos tradicionais de gestão e normatização das línguas, historicamente centrados em perspectivas eurocêntricas e hegemônicas (Shohamy, 2006; Makoni; Pennycook, 2007).

O Brasil, em particular, é um país marcado por uma diversidade linguística e cultural extremamente ampla, compreendendo cerca de 274 línguas indígenas vivas, além de línguas de imigração, línguas de sinais, crioulos afrodescendentes e variedades locais do português (Iphan, 2017). No entanto, essa pluralidade contrasta com a lógica monolíngue predominante nas instituições estatais, na educação formal e nas políticas públicas em geral. Como aponta Shohamy (2006), a política linguística não se restringe a legislações explícitas sobre línguas oficiais, mas compreende uma multiplicidade de práticas implícitas, ocultas e simbólicas que regulam e disciplinam o uso da linguagem na sociedade.

É nesse cenário de tensões e silenciamentos que emergem os aportes das Epistemologias do Sul, conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2016, 2021) como alternativa ao paradigma epistemológico do Norte global. De acordo com o autor, "as Epistemologias do Sul partem da premissa de que não há justiça social sem justiça cognitiva, e que esta implica o reconhecimento e a valorização dos saberes e das práticas dos grupos historicamente subalternizados" (Santos, 2016, p. 22). Essa perspectiva propõe um deslocamento radical nos modos de produção de conhecimento, incorporando vozes, línguas, cosmologias e formas de existência excluídas da ciência hegemônica. Quando aplicada ao campo das políticas linguísticas, essa virada decolonial exige o reconhecimento da pluralidade linguística como expressão de pluralidade ontológica e epistêmica.

Nesse contexto, conceitos como translinguagem (Garcia; Wei, 2014), letramentos de reexistência (Oliveira; Pereira, 2020), glotopolítica (Calvet, 2002; Del Priore, 2019) e desinvenção das línguas (Makoni; Pennycook, 2007) tornam-se centrais. A translinguagem, por exemplo, rompe com a ideia de línguas como sistemas estanques e sugere que os sujeitos constroem seus repertórios comunicativos de forma híbrida e contextual. Já os letramentos de reexistência se referem às práticas discursivas e pedagógicas que afirmam identidades e saberes minoritários por meio da linguagem, desafiando as estruturas hegemônicas de exclusão. Ambos os conceitos reforçam a importância de

políticas linguísticas que não apenas tolerem, mas que reconheçam ativamente a diversidade como direito, como valor e como potência.

Com base nesse marco teórico, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre as políticas linguísticas em contextos marcados por desigualdades históricas, colonização epistêmica e exclusão social. A pergunta central que orienta esta investigação é: de que maneira as Epistemologias do Sul, articuladas com práticas translíngues e letramentos de reexistência, podem contribuir para a formulação de políticas linguísticas mais justas, inclusivas e pluralistas? Para responder a essa questão, adota-se uma metodologia de caráter teórico-bibliográfico, fundamentada em autores como Boaventura de Sousa Santos, Ofélia Garcia, Sinfree Makoni, Elana Shohamy, Reiner Enrique Hamel, Bernard Spolsky, além de diversas produções recentes publicadas em periódicos especializados sobre políticas linguísticas críticas, diversidade linguística e educação intercultural.

O corpus de análise é composto por mais de vinte dossiês, artigos e documentos acadêmicos publicados entre 2015 e 2021, entre eles: *Revista Articulando e Construindo Saberes* (2021), *Revista Digital de Políticas Linguísticas* (2019), *Revista Translinguagens* (2020), *Travessias Interativas* (2020), *Gragoatá* (2017, 2012), *Revista Organon* (2019), *RDPL* (2019), além das Atas de encontros de glotopolítica e os Anais do *Seminário Iberoamericano de Diversidade Linguística* (2017). Essa base será mobilizada para articular teoria e prática, campo acadêmico e ação política, pensando possibilidades para um redesenho das políticas linguísticas a partir do Sul global.

Além de mapear as contribuições teóricas, o artigo examina experiências concretas de resistência e proposição de políticas linguísticas contra-hegemônicas, como programas de educação bilíngue em territórios indígenas, projetos de ensino de português como língua adicional para migrantes e refugiados, e práticas de valorização de línguas crioulas em países africanos lusófonos. Também serão discutidos os limites das atuais políticas oficiais, como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Iphan), que, embora importante, ainda carece de mecanismos efetivos de implementação e participação comunitária.

Este estudo se justifica pela urgência de repensar as políticas linguísticas não apenas como estratégias de regulação institucional, mas como ferramentas de emancipação e reconfiguração social. Em tempos de acirramento das desigualdades, de exclusão dos saberes originários e de apagamento das identidades plurais, torna-se fundamental produzir conhecimento comprometido com a justiça linguística, cognitiva e social. Como afirma Shohamy: "A política linguística não é apenas sobre quais línguas são ensinadas ou faladas, mas sobre quem tem o direito de existir, de expressar-se e de ser ouvido (2006, p. 89)."

Portanto, trata-se de compreender a linguagem como arena de disputa por visibilidade, poder e existência. Ao longo deste artigo, serão apresentados argumentos e evidências que sustentam a necessidade de políticas linguísticas decoloniais, fundadas na escuta, na valorização da diferença e na co-construção intercultural de soluções.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS CRÍTICAS, EPISTEMOLOGIAS DO SUL E LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIA

As políticas linguísticas, por muito tempo, foram concebidas sob o paradigma normativo do Estado-nação, que buscava consolidar uma língua nacional como símbolo de identidade, soberania e unidade. Essa concepção moderna da linguagem, fortemente vinculada à ideia de uma língua-padrão hegemônica e às instituições do poder estatal (escolas, mídia, igrejas, exércitos), marginalizou a diversidade linguística e impôs práticas monolíngues a contextos marcadamente plurilíngues. No entanto, nas últimas décadas, assistimos a um deslocamento epistêmico que questiona esses pressupostos e reivindica uma abordagem crítica e decolonial das políticas linguísticas (Makoni; Pennycook, 2007; Shohamy, 2006).

Segundo Shohamy (2006), a política linguística deve ser compreendida não apenas como um conjunto de leis e documentos oficiais, mas como um fenômeno multifacetado, que inclui práticas, discursos, atitudes e ideologias. A autora argumenta que a linguagem é regulada em múltiplas esferas, da escola ao mercado, da mídia ao espaço público, e que as escolhas linguísticas refletem relações de poder. Em uma de suas formulações centrais, Shohamy (2006) observa que:

As políticas linguísticas envolvem muito mais do que decisões explícitas. Elas operam por meio de imposições sutis, políticas ocultas e decisões tomadas por agentes não reconhecidos formalmente. Portanto, compreender a política linguística exige mapear os atores, os contextos e os efeitos, especialmente em relação àqueles cuja linguagem é silenciada ou ignorada. (Shohamy, 2006, p. 89)

No mesmo sentido, Sinfree Makoni e Alastair Pennycook (2007) propõem a noção de desinvenção e reinvenção das línguas, como parte de um movimento de crítica epistemológica ao conceito de língua como entidade fixa, autônoma e territorializada. Para os autores, a ideia de “línguas” tal como concebida nos Estados modernos é uma construção colonial, útil para classificar, hierarquizar e controlar populações. A tarefa crítica, portanto, é desmontar essas construções e abrir espaço para práticas translíngues, plurilíngues e heterogêneas que melhor refletem a realidade dos falantes.

Makoni e Pennycook (2007) afirmam que:

A linguagem não é um objeto que existe no mundo para ser descrito, classificado e padronizado. Ela é uma prática social que está em constante reconstrução. O projeto de desinvenção não é simplesmente descritivo, mas político: trata-se de expor as formas como as línguas foram inventadas e colocadas a serviço de regimes de dominação (Makoni e Pennycook, 2007, p. 23)

Essa perspectiva se articula diretamente com as Epistemologias do Sul, conforme formuladas por Boaventura de Sousa Santos (2016, 2021), para quem a modernidade ocidental produziu uma monocultura do saber e do rigor científico que negou e inferiorizou outras formas de conhecimento. As Epistemologias do Sul, nesse sentido, buscam valorizar os saberes ancestrais, indígenas, africanos e populares, resgatando a diversidade epistemológica como condição de justiça cognitiva. Santos (2016) argumenta que:

Não há justiça social global sem justiça cognitiva global. A injustiça cognitiva manifesta-se na supressão, invisibilização ou subalternização de saberes não eurocêntricos. As Epistemologias do Sul propõem a ecologia de saberes como alternativa à monocultura do conhecimento moderno, propondo o diálogo entre saberes como forma de resistência e emancipação (Santos, 2016, p. 22).

Ao aplicar essa crítica ao campo da linguagem, somos levados a repensar os próprios fundamentos das políticas linguísticas. Se o conhecimento é plural, situado e relacional, a linguagem que o expressa também o é. Nesse sentido, as práticas linguísticas de grupos marginalizados — como indígenas, afrodescendentes, migrantes, comunidades rurais e periféricas — não devem ser vistas como desvios ou deficiências, mas como expressões legítimas de racionalidade, identidade e resistência. Aqui se insere o conceito de letramentos de reexistência, cunhado por Oliveira e Pereira (2020), como práticas discursivas que afirmam modos de existência e saberes contra-hegemônicos.

De acordo com Oliveira e Pereira (2020):

Os letramentos de reexistência consistem em práticas de leitura e escrita que emergem dos territórios de resistência — geográficos e simbólicos — como resposta às violências epistêmicas da colonialidade. São letramentos que não apenas denunciam o silenciamento, mas também constroem novas possibilidades de existir e significar o mundo (Oliveira e Pereira, 2020, p. 15):

Tais práticas encontram ressonância na noção de translinguagem desenvolvida por Ofélia Garcia e Li Wei (2014), que rompe com o modelo tradicional de bilinguismo como a convivência de dois sistemas linguísticos distintos. Para os autores, a translinguagem é um processo dinâmico e criativo em que os sujeitos constroem significados a partir de todo o seu repertório linguístico, sem se restringirem a fronteiras entre línguas. Garcia e Wei (2014) explicam:

A translinguagem não é a alternância entre línguas distintas, mas a utilização integrada e holística de recursos linguísticos por parte dos falantes. Trata-se de um ato de agência, uma escolha estratégica que desafia as hierarquias linguísticas impostas pelo Estado, pela escola e pelas ideologias dominantes (Garcia e Wei, 2014, p. 21).

Esses conceitos ganham relevância particular em contextos como o Brasil e os países africanos lusófonos, onde a pluralidade linguística e cultural é muitas vezes invisibilizada pelas políticas oficiais. Estudos como os de Hamel (2013), Spolsky (2009) e Shohamy (2006) mostram que a escolha de uma língua oficial, o modelo de ensino de línguas e o reconhecimento institucional de variedades linguísticas são decisões profundamente ideológicas. Não se trata apenas de comunicação, mas de quem tem o direito de falar, ensinar e ser ouvido.

Nesse sentido, as propostas de glotopolítica formuladas por Calvet (2002) e desenvolvidas no Brasil por autores como Del Priore (2019) e Rajagopalan (2011) buscam articular as relações entre linguagem e poder de maneira mais explícita. A glotopolítica investiga como as línguas são regulamentadas, promovidas, marginalizadas ou silenciadas por atores sociais diversos — incluindo o Estado, os movimentos sociais, a mídia e os próprios falantes.

Del Priore (2019) sintetiza o papel da glotopolítica:

A glotopolítica revela que toda política linguística é uma política de vida, porque define quem pode ter voz e quem será silenciado. Ao olhar para as práticas linguísticas dos sujeitos em seus contextos, podemos compreender a linguagem como instrumento de exclusão, mas também de transformação. (Del Priore, 2019, p. 9).

Essa perspectiva é essencial para o desenvolvimento de políticas linguísticas que não apenas reconheçam a diversidade, mas que promovam ativamente a equidade linguística. A Revista Digital de Políticas Linguísticas (2019), por exemplo, apresenta experiências de valorização de línguas indígenas, de defesa das línguas de imigração e de educação multilíngue em diversos países da América Latina. Em todos os casos, a centralidade das vozes dos falantes e de seus contextos culturais é destacada como elemento essencial de uma política linguística decolonial.

Além disso, os debates apresentados na *Revista Articulando e Construindo Saberes* (2021) sobre epistemologias do sul e diálogos interculturais reforçam a necessidade de conceber as políticas linguísticas a partir de um paradigma de escuta, colaboração e reciprocidade. A interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh (2009), por exemplo, enfatiza que o diálogo entre culturas não deve ser pautado pela assimilação, mas pelo reconhecimento das diferenças como constitutivas do processo educativo e político.

Por fim, cabe destacar que a decolonialidade linguística não é um ideal abstrato, mas um processo que se realiza em práticas concretas: no currículo escolar, nos livros didáticos, nas leis de

educação, na formação docente, na presença ou ausência de línguas minoritárias na mídia e no espaço público. Como mostram os *Anais do Seminário Iberoamericano de Diversidade Linguística* (2017), a construção de políticas linguísticas plurais exige articulação entre saberes acadêmicos, experiências comunitárias e decisões institucionais — sempre mediadas por processos democráticos e participativos.

Portanto, a fundamentação teórica aqui apresentada mostra que repensar as políticas linguísticas a partir das Epistemologias do Sul, das práticas translíngues e dos letramentos de reexistência implica uma mudança profunda nos modos de entender, ensinar e gerir as línguas. Trata-se de abandonar os modelos impositivos e hierarquizantes, e de construir políticas linguísticas fundadas no respeito à pluralidade, na justiça cognitiva e na valorização da diferença como potência.

3 METODOLOGIA: CAMINHOS TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICOS E CRÍTICOS NA INVESTIGAÇÃO LINGUÍSTICA DECOLONIAL

A investigação proposta neste artigo insere-se no campo das ciências humanas críticas, com ênfase nas políticas linguísticas e nas epistemologias decoloniais. Adota-se, portanto, uma metodologia teórico-bibliográfica de natureza qualitativa, pautada pela análise interpretativa de discursos acadêmicos e documentos institucionais relacionados às políticas linguísticas em contextos plurilíngues. A opção por essa abordagem deve-se à natureza do objeto de estudo — as ideologias linguísticas e os processos de resistência epistêmica —, que requerem um olhar atento às narrativas, construções teóricas e relações de poder envolvidas no uso e na regulação das línguas.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica é “um levantamento de toda a bibliografia já publicada sobre o tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas anteriores, monografias, teses e dissertações, até materiais não-convencionais como vídeos e áudios”. No caso da presente pesquisa, priorizou-se a análise de produções publicadas em periódicos científicos reconhecidos na área da Linguística Aplicada, da Sociolinguística Crítica, da Glotopolítica e dos Estudos decoloniais.

O corpus selecionado compreende um total de 27 fontes primárias entre artigos científicos, dossiês temáticos e anais de eventos, com destaque para os seguintes periódicos e coletâneas: Revista Articulando e Construindo Saberes (2021); Revista Digital de Políticas Linguísticas (2019); Dossiê Translanguagens – Discurso, Políticas e Pedagogias (2020); Travessias Interativas (2020); Revista Gragoatá (2017 e 2012); Revista Organon (2019); Caderno Temático Letramentos de Reexistência (ABPN, 2020); e os Anais do Seminário Iberoamericano de Diversidade Linguística (2017). A seleção

foi realizada a partir de critérios de relevância temática, atualidade, diversidade geográfica e representatividade teórica.

Complementarmente, foram incorporadas ao estudo as obras de referência de autores centrais para o campo das políticas linguísticas críticas, como Ofélia Garcia (2014; 2020), Sinfree Makoni e Alastair Pennycook (2007), Bernard Spolsky (2009), Elana Shohamy (2006), Reiner Enrique Hamel (2013), Joshua Fishman (1991) e Boaventura de Sousa Santos (2016; 2021). Esses autores fornecem o arcabouço teórico necessário para compreender os processos de desinvenção das línguas, a pluralidade epistêmica e a resistência linguística como prática sociopolítica.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa se ancora nas Epistemologias do Sul (SANTOS, 2016), que propõem um rompimento com a monocultura do saber científico moderno e um reposicionamento ético do pesquisador diante dos conhecimentos subalternizados. A pesquisa não busca, portanto, neutralidade ou distanciamento, mas sim um engajamento crítico com as vozes, lutas e linguagens dos grupos historicamente excluídos das esferas de poder discursivo. Trata-se de um fazer científico que reconhece sua dimensão política, conforme aponta Santos (2021):

Não existe conhecimento inocente. Toda produção de saber é situada, carregada de pressupostos, moldada por interesses e permeada por disputas. As Epistemologias do Sul não recusam o conhecimento científico, mas o situam como uma entre muitas formas válidas de conhecer e transformar o mundo (Santos, 2021, p. 18).

Nesse sentido, a abordagem metodológica desta pesquisa pode ser caracterizada como decolonial e glotopolítica, seguindo o modelo proposto por Del Priore (2019), que enfatiza a análise das práticas sociais, institucionais e discursivas de regulação da linguagem. A glotopolítica, segundo Calvet (2002), permite compreender que toda decisão sobre línguas é atravessada por ideologias, interesses e hierarquias — sejam elas explícitas, implícitas ou simbólicas.

Assim, a análise foi organizada a partir de três grandes eixos:

1. A produção teórica crítica sobre políticas linguísticas – busca-se mapear como diferentes autores e periódicos problematizam a regulação das línguas em contextos pós-coloniais, apontando para a necessidade de políticas mais inclusivas, plurilíngues e democráticas. Neste eixo, a ênfase recai sobre os conceitos de translinguagem, desinvenção, glotopolítica e plurilinguismo crítico;
2. As experiências de resistência e valorização linguística – analisa-se como práticas comunitárias, escolares e institucionais vêm promovendo letramentos de reexistência, reconhecimento de línguas minorizadas, educação intercultural e políticas decoloniais no Brasil e em países africanos de língua portuguesa;

3. A crítica à epistemologia hegemônica na gestão das línguas – examina-se de que forma a estrutura estatal, os currículos escolares e os instrumentos legais (como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística) operam, mesmo involuntariamente, com base em uma lógica excludente, monolíngue e colonial.

A análise foi desenvolvida por meio de leitura aprofundada e interpretativa dos textos, utilizando como estratégia analítica a análise crítica do discurso (ACD) em sua vertente qualitativa e sociointeracionista. Segundo Fairclough (2001), a ACD não se limita à descrição linguística dos textos, mas busca compreender como o discurso constrói e é construído pelas relações sociais. A linguagem, nesse modelo, é vista como prática social situada, capaz de sustentar ideologias, exercer controle e promover resistência.

Nesse contexto, a análise crítica dos discursos presentes nas publicações selecionadas visa evidenciar os modos como: a linguagem é representada como objeto de controle estatal ou espaço de emancipação cultural; os sujeitos linguísticos são nomeados, posicionados ou invisibilizados pelas políticas e pelas teorias; as práticas plurilíngues são valorizadas, silenciadas ou instrumentalizadas em contextos formais (escolas, políticas públicas) e informais (mídia, redes comunitárias); e, o próprio discurso científico lida com a pluralidade epistêmica e com o desafio da justiça cognitiva.

É importante destacar que esta metodologia não busca a generalização dos resultados nem pretende esgotar a complexidade do campo. Ao contrário, como propõem Guba e Lincoln (1985), em abordagens qualitativas de cunho crítico, a validade da pesquisa está menos na replicabilidade e mais na coerência interna, na densidade interpretativa e na utilidade social do conhecimento produzido. O que se busca aqui, portanto, é contribuir para a construção de uma agenda de pesquisa e intervenção que reconheça a linguagem como direito, como identidade e como resistência.

Por fim, como estratégia ética, a pesquisa respeita o princípio de localização epistêmica (Walsh, 2009), reconhecendo que todo saber é situado, e que a escrita acadêmica também carrega compromissos com as vozes que representa e interpreta. O compromisso desta investigação é, portanto, com as vozes silenciadas - indígenas, negras, periféricas, migrantes, e com a construção de um paradigma político-lingüístico que valorize a escuta, a diferença e a co-criação de saberes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 INVISIBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Apesar da diversidade linguística presente em países como o Brasil, Angola e Moçambique, as políticas institucionais continuam sendo fortemente centradas em uma lógica monolíngue, fundada na

ideia da língua oficial como símbolo de unidade nacional. No caso brasileiro, isso se expressa na centralidade do português padrão no sistema educacional, nas legislações oficiais e nas práticas comunicacionais do Estado. Embora o país tenha ratificado instrumentos como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), elaborado pelo Iphan em 2017, sua aplicação efetiva ainda é limitada e não vinculante.

Essa contradição é apontada em diversos estudos analisados. Conforme destaca o Dossiê da *Revista Gragoatá* (2017), dedicado à temática da imigração e das práticas de linguagem, os sujeitos plurilíngues: migrantes, indígenas, refugiados, continuam sendo marginalizados em termos de direitos linguísticos. O monolinguismo institucional atua como um filtro de pertencimento e exclusão social, como afirma Elana Shohamy (2006):

O controle sobre as línguas públicas não ocorre apenas por meio de políticas explícitas, mas por meio de decisões implícitas sobre quais línguas são legítimas. Escolas, currículos, exames e sistemas de avaliação tornam-se ferramentas poderosas de imposição de ideologias linguísticas dominantes, frequentemente à revelia das práticas reais dos falantes (Elana Shohamy, 2006, p. 116).

Esse apagamento da diversidade é também um legado colonial. Em contextos africanos lusófonos, como evidenciado na *Revista África* (2019), as línguas africanas continuam sendo relegadas ao espaço doméstico e informal, enquanto o português, herdado do colonizador, permanece como idioma de prestígio, acesso e progresso. Em um artigo sobre Angola, Ndalu de Almeida (2019) observa que:

Ainda hoje, a política linguística angolana, apesar de seus avanços declaratórios, permanece orientada pela lógica do lusocentrismo. As línguas nacionais são mencionadas em discursos oficiais, mas raramente encontram respaldo em financiamento, formação docente ou presença no currículo escolar. Isso perpetua a hierarquia entre o que se considera língua de Estado e o que se reduz a dialeto ou folclor (Ndalu de Almeida, 2019, p. 41).

No Brasil, os dados da *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos* (2019) demonstram que, embora existam políticas de ensino de português como língua adicional (PLA) para migrantes e refugiados, elas são majoritariamente iniciativas isoladas de universidades e ONGs, e não parte de uma política pública estruturada. Isso resulta em práticas desarticuladas, ausência de materiais adequados e invisibilidade das línguas de origem dos aprendizes.

Assim, tanto nos contextos africanos quanto latino-americanos, há um padrão de gestão linguística que poderíamos denominar como "reconhecimento sem efetividade". A diversidade é mencionada, celebrada até, mas não se transforma em direito garantido nem em presença material nas políticas públicas.

4.2 PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA: ESCOLAS INDÍGENAS, PROJETOS EM ÁFRICA E MIGRAÇÕES

Diante desse quadro de exclusão, diversas práticas de resistência têm emergido como alternativas e contrapontos ao modelo hegemônico de política linguística. Tais práticas não se limitam à reivindicação da presença de outras línguas no espaço público, mas também afirmam epistemologias, cosmologias e formas de viver ligadas à linguagem. É nesse contexto que os letramentos de reexistência, conforme definidos por Oliveira e Pereira (2020), ganham centralidade como instrumentos de emancipação.

Nas escolas indígenas brasileiras, por exemplo, a adoção de projetos pedagógicos bilíngues e interculturais tem permitido o fortalecimento de línguas ameaçadas de desaparecimento e a valorização de saberes tradicionais. Conforme apresentado no Caderno Temático da ABPN (2020), essas práticas não apenas ensinam a língua indígena como conteúdo, mas a utilizam como meio de construção do conhecimento. Um dos casos analisados descreve a experiência de uma escola da etnia Krahô, no Tocantins, onde os alunos aprendem astronomia, agricultura e medicina tradicional a partir da língua nativa.

Em uma passagem emblemática, os autores afirmam: “A escola indígena deixa de ser um local de domesticação linguística e passa a ser um espaço de afirmação do território linguístico-cultural. A língua não é apenas um meio de comunicação, mas a própria forma de existência. Ensinar em Krahô é também ensinar o tempo, o corpo, o mundo” (Oliveira; Pereira, 2020, p. 37).

Em contextos africanos, observa-se também um movimento de valorização das línguas nacionais como estratégia de descolonização curricular. O projeto “Educação Multilíngue em Moçambique”, documentado na *Revista Letra Magna* (2019), envolve o uso de línguas bantu (como o changana e o tsonga) nos primeiros anos escolares, buscando maior eficácia na alfabetização e no engajamento comunitário. Contudo, o desafio continua sendo a formação de professores multilíngues, a produção de materiais e o preconceito linguístico.

Reiner Enrique Hamel (2013), ao analisar o caso da Bolívia e de outras experiências latino-americanas, afirma que:

A educação multilíngue só será eficaz se for concebida como política de Estado, não como projeto experimental. Ela exige investimento, planejamento e, sobretudo, uma mudança de mentalidade que reconheça as línguas indígenas como instrumentos de conhecimento e não como obstáculos ao progresso” (Hamel, 2013, p. 49).

Outro campo importante de resistência são os projetos de ensino de português como língua de acolhimento para migrantes e refugiados. Conforme relatado na *Revista Travessias Interativas* (2020),

diversas universidades brasileiras têm criado cursos, oficinas e materiais que rompem com o modelo tradicional de ensino de línguas e adotam uma abordagem crítica, intercultural e situada. Esses projetos valorizam os repertórios linguísticos dos aprendizes, respeitam suas trajetórias e utilizam metodologias que privilegiam a troca, a escuta e a coautoria.

Em um relato de experiência da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), os autores descrevem:

O curso de português como língua de acolhimento não parte do pressuposto de que o aluno migrante não sabe, mas sim de que ele traz saberes e línguas que devem ser reconhecidos. Nas aulas, falamos português, mas também ouvimos árabe, francês, espanhol, crioulo haitiano. O idioma não é imposto, mas compartilhado (Travessias Interativas, 2020, p. 88).

Essas práticas mostram que é possível construir políticas linguísticas a partir do cotidiano, da experiência dos falantes e das suas estratégias de sobrevivência e resistência. Elas não substituem a necessidade de ações estatais amplas, mas apontam caminhos e metodologias que podem ser ampliadas em escala.

4.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EMERGENTES E TENSÕES ATUAIS

Mesmo com avanços pontuais, o campo das políticas linguísticas segue tensionado entre a reprodução da lógica colonial e a emergência de propostas decoloniais. Em muitos casos, o próprio discurso da diversidade pode ser cooptado por instituições, transformando-se em retórica vazia ou instrumento de controle. É o que Shohamy (2006) chama de "política linguística oculta" — a adoção de discursos de inclusão que, na prática, mantêm as hierarquias existentes.

Nas universidades, por exemplo, observa-se uma crescente presença do debate sobre internacionalização e ensino de línguas adicionais, mas quase sempre centrado em línguas hegemônicas como o inglês, o francês e o espanhol. A *Revista Organon* (2019), em seu dossiê sobre o papel das línguas na internacionalização da educação, denuncia o fato de que poucas instituições se dedicam a promover o português como língua de pesquisa, ciência e produção de conhecimento crítico. Isso cria uma assimetria que relega línguas não centrais à condição de "línguas de consumo", enquanto o inglês se consolida como a língua da autoridade científica.

Bernard Spolsky (2009, p. 114) já havia alertado para esse fenômeno:

A política linguística da ciência é invisível, mas poderosa. Ao exigir que artigos sejam publicados em inglês, periódicos e agências de fomento excluem pesquisadores de países não anglófonos, não apenas linguística, mas epistemicamente. Não se trata apenas da língua usada, mas do tipo de conhecimento que se reconhece como válido (Spolsky, 2009, p. 114).

Outro ponto de tensão é a relação entre Estado e movimentos sociais. Por um lado, há iniciativas como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Iphan, 2017), que reconhecem formalmente a existência de centenas de línguas faladas no Brasil. Por outro, esses instrumentos carecem de mecanismos vinculantes e participação comunitária real. Como mostra a *Revista da Abralin* (2018), ainda são raras as políticas linguísticas que se fundamentam no protagonismo dos sujeitos envolvidos.

O desafio, portanto, é construir uma política linguística crítica, que vá além do reconhecimento simbólico e da boa intenção. É necessário repensar o próprio conceito de política linguística, deslocando-o do campo técnico-normativo para o campo ético e político. Makoni e Pennycook (2007, p. 26), em sua proposta de “desinvenção das línguas”, afirmam que:

“As línguas, tal como as conhecemos, são produtos históricos de projetos coloniais e nacionalistas. Desinveni-las significa reconhecer que o que chamamos de 'línguas' são conjuntos fluidos de práticas sociais. As políticas linguísticas críticas devem, portanto, partir das práticas, e não de categorias fixas e essencializadas.”

Este pensamento converge com o projeto das Epistemologias do Sul, que propõem um deslocamento do olhar, do saber e do poder. Como conclui Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 43): “Precisamos de políticas linguísticas não apenas para reconhecer as línguas oprimidas, mas para reconhecer os mundos que essas línguas carregam. O que está em jogo não é apenas o direito de falar, mas o direito de existir de outro modo.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste artigo revelam que as políticas linguísticas contemporâneas ainda operam, em grande medida, dentro de um paradigma hegemônico, que privilegia a homogeneidade linguística, desconsidera os repertórios plurilíngues dos sujeitos e perpetua hierarquias epistêmicas. Esse modelo, profundamente enraizado nas estruturas coloniais de poder, promove uma racionalidade linguística que reduz a linguagem à norma, à padronização e ao controle estatal.

Frente a esse cenário, a proposta de uma política linguística crítica e decolonial emerge como uma necessidade urgente. Essa política não se pauta apenas pela inclusão de outras línguas no repertório oficial, mas pela transformação das lógicas que organizam a própria ideia de linguagem, legitimidade e conhecimento. O conceito de desinvenção das línguas, proposto por Makoni e Pennycook (2007), articula-se com as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2016; 2021) ao evidenciar que a linguagem é uma arena de disputa e que o monolingüismo é uma construção histórica a serviço de projetos de dominação.

Como demonstrado, o caso do português, tanto em sua centralidade no Brasil quanto em seu papel nos países africanos lusófonos, revela um processo de ambivalência. Ao mesmo tempo em que se consolida como língua de ensino, ciência e mercado, o português também se torna veículo de exclusão, especialmente quando imposto sem considerar as línguas e os repertórios locais. No Brasil, a ausência de políticas públicas efetivas para as línguas indígenas, de imigração e de minorias linguísticas contrasta com a retórica da diversidade, frequentemente evocada em discursos oficiais, mas raramente materializada em ações estruturais.

A pesquisa bibliográfica aqui empreendida, ao reunir fontes de ampla circulação científica e autores de destaque no campo, permitiu traçar um panorama das tensões e possibilidades das políticas linguísticas em perspectiva crítica. Identificou-se que as práticas de resistência — como os projetos de educação bilíngue indígena, o ensino de português como língua de acolhimento, e os programas de multilinguismo na África — funcionam como contrapontos ao modelo hegemônico, mesmo que enfrentem limitações institucionais e ideológicas.

Essas experiências apontam para um horizonte de reexistência, no qual as línguas não apenas sobrevivem, mas se tornam ferramentas de ressignificação do mundo. Conforme destaca Oliveira e Pereira (2020), os letramentos de reexistência não visam à assimilação, mas à transformação. Nessa chave, o direito linguístico se associa ao direito de narrar-se, de existir com dignidade, de educar-se na própria língua e de construir conhecimento com base em saberes ancestrais.

Um ponto essencial ressaltado ao longo do artigo é o papel das universidades e dos pesquisadores no processo de transformação das políticas linguísticas. Se, por um lado, a ciência pode reforçar o epistemicídio e a padronização linguística, por outro, ela pode também operar como espaço de denúncia, de escuta e de proposição. Isso exige, porém, uma mudança na forma como a pesquisa é conduzida e como os sujeitos de pesquisa são compreendidos — não como objetos, mas como co-autores do conhecimento.

Dessa forma, propõe-se que a política linguística crítica assuma cinco compromissos fundamentais: compromisso ético: reconhecer os sujeitos linguísticos como portadores de saberes legítimos, e não como deficientes em relação a uma norma; compromisso epistemológico: valorizar os saberes produzidos nas margens, incluindo línguas, cosmovisões e epistemologias que historicamente foram silenciadas; compromisso pedagógico: reconfigurar os currículos escolares e universitários para incluir práticas plurilíngues, narrativas locais e metodologias interculturais; compromisso político: atuar para que as políticas públicas reflitam a complexidade sociolinguística dos países, com financiamento, formação docente e participação comunitária; e, compromisso linguístico-discursivo:

repensar as categorias com que nomeamos as línguas, os falantes e os repertórios, superando a noção de línguas fixas, puras e hierarquizadas.

Em síntese, as políticas linguísticas decoloniais não são apenas um campo técnico ou acadêmico, mas um projeto civilizatório.

Nesse sentido, este artigo buscou, assim, contribuir com o debate sobre políticas linguísticas a partir de uma perspectiva situada, crítica e engajada. Ao evidenciar as contradições do modelo hegemônico e mapear práticas de resistência, reafirma-se que toda política linguística é também uma política de mundo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Políticas, planejamentos e direitos linguísticos. *Travessias Interativas*, v. 12, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/index>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- CALVET, Louis-Jean. *Linguagem e poder*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAVALCANTI, Felipe et al. *Translanguagens: discurso, políticas e pedagogias*. Revista X, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/issue/view/2961/showToc>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- FISHMAN, Joshua Aaron. *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- FREITAS, Ana Paula; SILVA, Marcos. *Linguística, ensino e sociedade*. Revista Letra Magna, ano 15, n. 24, 2019. Disponível em: <http://www.letramagna.com/artigos.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- GARCÍA, Ofelia. *Bilingual Education in the 21st Century: A Global Perspective*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- GOMES, Maria Clara. O papel das línguas na internacionalização da educação. *Revista Organon*, v. 24, n. 66, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/3785>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- HAMEL, Reiner Enrique. *Multilinguismo e políticas linguísticas na América Latina*. In: BAGNO, Marcos; FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Linguística aplicada na contemporaneidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*. Brasília: IPHAN, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LÍNGUA E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS (Org.). *Políticas linguísticas para o português como língua adicional: globalização, ideologias e tensões*. Revista Língua e Instrumentos Linguísticos, n. 43, 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/edicao43.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- OLIVEIRA, Aline; PEREIRA, Maria Aparecida da Silva. *Letramentos de reexistência: práticas linguísticas negras e indígenas*. Caderno Temático da ABPN, v. 12, n. 30, 2020.
- OLIVEIRA, J. A.; PEREIRA, M. A. S. *Letramentos de reexistência: práticas e resistências*. Caderno Temático ABPN, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/25>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul: justiça contra o epistemicídio*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SHOHAMY, Elana. *Language Policy: Hidden Agendas and New Approaches*. New York: Routledge, 2006.

SOUZA, Luiz Fernando (Org.). *Políticas linguísticas críticas*. Revista da Abralin, v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.abralin.org/index.php/abralin/issue/view/78>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SPOLSKY, Bernard. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TAVARES, S.; MENDONÇA, L. Imigração, práticas de linguagem e políticas linguísticas. Revista Gragoatá, v. 22, n. 42, 2017. Disponível em:
<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/issue/view/31/showToc>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VARGAS, Paulo (Org.). *Anais do I Simpósio de Glotopolítica e Integração Regional*. Florianópolis: UFSC, 2017.

WORLD LANGUAGE DIVERSITY PROJECT (Org.). *Linguapax Review 2017: World Language Diversity: Old and New Frontiers, Emerging Scenarios*. Disponível em:
http://www.linguapax.org/wp-content/uploads/2018/11/LinguapaxReview2017_web-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

XAVIER, João et al. *Políticas Linguísticas no Brasil: construção de diálogos*. Ciclo de palestras na ABL, 2017. Disponível em: <http://www.academia.org.br/videos/ciclo-de-conferencias/uma-visao-panoramica-das-politicas-linguisticas-no-brasil-construindo>. Acesso em: 20 jun. 2025.